



Anais da Assembléia

Nº 25

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 22 DE MARÇO DE 1994

ANO XX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado NELSON GARCIA
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT	Deputado OVIDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes**: - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** - 10: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli; **PFL** - 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN**: José da Silva Reis - Vladimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT** - 08: Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emília de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Rossoni - Valderi Mendes Vilela; **Suplentes**: Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB** - 10: Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademair Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregoneze - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **Suplentes**: Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB** - 02: Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig; **Suplentes**: Tadeu Lúcio Machado - José Boiko; **PT** - 03: Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes**: Lygia Lumina Pupatto - Pericles de H. Mello; **PL** - 01: José Colombino Grassano; **Suplentes**: Delvino Longhi, Mário Vargas J. da Rocha; **SEM PARTIDO** - 02: Hermas Eurides Brandão - Carlos Xavier Simões. **Deputados Licenciados**: Luiz Carlos Calto Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e Cidadania; Algaci Ormário Túlio - Secretário Municipal Extraordinário de Assuntos Metropolitanos da Capital do Estado. (•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA
ATA DA 01.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 1994

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Basílio Zanusso.

Às quinze horas e trinta minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Costenaro Neto, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Valderi Mendes Vilela e Rossoni (49). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Dalton Machuca, Élio Rusch, José Arthur Ritti e Toti Colaço (04). Em licença o Senhor Deputado Colombino Grassano (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 21/94

Curitiba, 22 de março de 1994.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a

abertura de crédito especial no valor de CR\$ 47.296.557.000,00 (quarenta e sete bilhões, duzentos e noventa e seis milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil cruzeiros reais), ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 10.669, de 29 de dezembro de 1993, visando o cumprimento do disposto no Anexo VII, do artigo 17 da referida lei.

Esclareço também que para a cobertura do referido crédito fica criada no Orçamento Geral do Estado, receita de igual valor, de acordo com o artigo 43 da Lei nº 4.320, em seu inciso IV.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia reitero a Vossas Excelências as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

Sala das Sessões, em 22.03.94.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

SÚMULA: Aprova Crédito Especial ao Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1994.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - O cumprimento do disposto no Anexo VII, do artigo 17 da Lei Estadual nº 10.669 de 29 de dezembro de 1993, far-se-á na forma desta lei.

Art. 2º - Fica aberto um crédito especial no valor de CR\$ 47.296.557.000,00 (quarenta e sete bilhões, duzentos e noventa e seis milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil cruzeiros reais), conforme anexos I e II desta lei.

Art. 3º - Para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior fica criada, de acordo com o Inciso IV, do parágrafo 1º, do artigo 43 da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, no Orçamento Geral do Estado, receita de igual valor, conforme detalhamento do anexo III.

Art. 4º - Ficam mantidas as demais disposições da Lei nº 10.699, de 29 de dezembro de 1993.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTACAO
IA DESPESA

ANEXO I

F1 01
CR\$ 1 000,00

CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	F T	L D R	VALOR
0900	CHEFIA DO PODER EXECUTIVO				
0901	IGABINETE DO SECRETARIO - CASA CIVIL				
2758	IAPOIO A ACOES DE NATUREZA SOCIAL IE CULTURAL	4121.00	14	R	554.400
2100	ISECRETARIA DE ESTADO DA ADMINIS- ITRACAO				
2103	IDIRETORIA GERAL				
2693	ENCARGOS COM INATIVOS DO MAGISTERIO IPUBLICO	3251.00	14	R	138.600
2500	IADMINISTRACA GERAL DO ESTADO - IRECURSOS SOB SUPERVISAO DA SEFA				
2501	ENCARGOS GERAIS DO ESTADO				
2689	IATENDIMENTO A PROGRAMAS ESPECIAIS	4130.00	14	R	20.790
3100	ISECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA IPUBLICA				
3102	IGABINETE DO SECRETARIO - ENTIDADES IVINCULADAS				
2671	IPROGRAMACAO A CARGO DO DETRAN	4311.01	14	R	90.090
3104	IDEPARTAMENTO DA POLICIA CIVIL				
1053	IINVESTIMENTOS PARA A POLICIA CIVIL	4110.00	14	R	13.860
3300	ISECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO				
3302	IGABINETE DO SECRETARIO - ENTIDADES IVINCULADAS				
1083	IPROJETO QUALIDADE NO ENSINO PUBLICO IDO PARANA - BIRD/FUNDEPAR	4311.01	14	R	1.386.000
3500	ISECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE				
3501	IGABINETE DO SECRETARIO				
2564	IADMINISTRACAO DE PROGRAMAS ESPE- ICIAIS - SESA	3121.00 4130.00	14 14	R R	2.772.000 8.274.420
3501	IGABINETE DO SECRETARIO - ENTIDADES IVINCULADAS				
2563	IPROGRAMACAO A CARGO DO ISEF	3211.03	14	R	2.772
3900	ISECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO				
3906	IDEPARTAMENTO OPERACIONAL DE AGRI- CULTURA E DO ABASTECIMENTO				
2707	IAPOIO A ASSENTAMENTOS RURAIS E A ICOMUNIDADES INDIGENAS	3132.10	14	R	1.178.100
4100	ISECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVI- MENTO URBANO				
4102	IGABINETE DO SECRETARIO - ENTIDADES IVINCULADAS				
2662	IPROGRAMACAO A CARGO DA FAMEPAR	4311.01	14	R	2.079.000

SUPLEMENTAÇÃO
DA DESPESA

ANEXO I

F1 02
CR\$ 1 000,00

CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	F T	L D R	VALOR
1067	PROGRAMA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - PEDU/EDU	4313 00	14	R	2 079 000
4300	SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES				
4302	GABINETE DO SECRETARIO - ENTIDADES VINCULADAS				
2718	PROGRAMACAO A CARGO DO DER	4311 01	14	R	10 977 120
4700	SECRETARIO ESPECIAL DO ESPORTE E TURISMO				
4702	GABINETE DO SECRETARIO - ENTIDADES VINCULADAS				
2745	PROGRAMACAO A CARGO DA SETUR	3211.03	14	R	415.800
		4311.01	14	R	11.077.605

SUPLEMENTAÇÃO
DA DESPESA

ANEXO II

F1 01
CR\$ 1.000,00

CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	F T	L D R	VALOR
3200	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA - ENTIDADES VINCULADAS				
3268	DEPARTAMENTO DE TRANSITO - DETRAN				
2632	GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL DO DETRAN	4110.00	14	R	90.090
3400	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO - ENTIDADES VINCULADAS				
3470	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DO PARANA - FUNDEPAR				
1087	PROJETO QUALIDADE DO ENSINO PUBLICO DO PARANA - BIRD/FUNDEPAR	4130.00	14	R	1 386.000
3600	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE - ENTIDADES VINCULADAS				
3674	INSTITUTO DE SAUDE DO PARANA - ISEP				
2565	ADMINISTRACAO E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS - ISEP	3132.15	14	R	2.772
4900	SECRETARIO ESPECIAL DA POLITICA HABITACIONAL				
4902	GABINETE DO SECRETARIO - ENTIDADES VINCULADAS				
1079	INVESTIMENTO PARA PRODUCAO DE HABITACAO	4140.00	14	R	6.237.000
TOTAL					47.296.557

SUPLEMENTAÇÃO
DA DESPESA

ANEXO II

F1. 02
CR\$ 1.000,00

CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	F T	L D R	VALOR
4200	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO - ENTIDADES VINCULADAS				
4286	INSTITUTO DE ASSISTENCIA AOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO PARANA - IFAMEPAR				
1069	APOIO A IMPLANTACAO DE MUNICIPIOS	4130.00	14	R	2.079.000
1127	EMPRESTIMOS AOS MUNICIPIOS - PEDU/IFDU	4313.00	14	R	2.079.000
4400	SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES - ENTIDADES VINCULADAS				
4490	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER				
1021	CONSTRUCAO DE RODOVIAS	4110.00	14	R	10.977.120
4800	SECRETARIO ESPECIAL DO ESPORTE E TURISMO - ENTIDADES VINCULADAS				
4898	SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO ESPORTE E DO TURISMO - SETUR				
2747	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE AMADOR E COMPETICOES ESPORTIVAS	4110.00	14	R	2.772.000
2748	PROMOCAO E DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO PARANA	3132.15 4110.00	14 14	R R	415.800 8.305.605
5000	SECRETARIO ESPECIAL DA POLITICA HABITACIONAL - ENTIDADES VINCULADAS				
5097	COMPANHIA DE HABITACAO DO PARANA - COHAPAR				
1869	HABITACAO POPULAR - PROGRAMA CASA DA FAMILIA	4110.00	14	R	6.237.000
TOTAL					### 34.344.387

ACRESCIMO DA RECEITA		ANEXO III	FL. 01	CR\$ 1.000,00
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR	
	DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO			
2119.01.00	Operacao de Credito Interna - Nao Vinculada	14	47.296.557	
	DEMONSTRATIVO DA RECEITA POR FONTES			
	DEPARTAMENTO DE TRANSITO - DETRAN			
2412.14.00	Operacao de Credito Interna - Nao Vinculada	14	90.090	
	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DO PARANA - FUNDEPAR			
2412.14.00	Operacao de Credito Interna - Nao Vinculada	14	1.386.000	
	INSTITUTO DE SAUDE DO PARANA - ISEP			
1712.14.00	Operacao de Credito Interna - Nao Vinculada	14	2.772	
	INSTITUTO DE ASSISTENCIA AOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO PARANA - FAMEPAR			
2412.14.00	Operacao de Credito Interna - Nao Vinculada	14	4.158.000	
	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER			
2412.14.00	Operacao de Credito Interna - Nao Vinculada	14	10.977.120	
	SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO ESPORTE E DO TURISMO			
1712.14.00	Operacao de Credito Interna - Nao Vinculada	14	415.800	
2412.14.00	Operacao de Credito Interna - Nao Vinculada	14	11.077.605	
	COMPANHIA DE HABITACAO DO PARANA - COHAPAR			
2521.14.00	Operacao de Credito Interna - Nao Vinculada	14	6.237.000	

REQUERIMENTO N° 535

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER Regime de Urgência para inclusão na Ordem do Dia do Relatório do Deputado Luiz Henrique Bona Turra sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito que apurou possíveis irregularidades na Polícia Militar do Paraná, tendo em vista que o prazo para apreciação de tal Relatório já está ultrapassado.

Sala das Sessões, em 22.03.94.

(a) FLORISVALDO FIER

REQUERIMENTO N° 511

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação nos Anais desta Casa, de voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Ironilda Ribeiro Comerlato, e que do teor desta proposição seja dado conhecimento aos seus familiares.

Sala das Sessões, em 22.03.94.

(a) NEREU ALVES DE MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Senhora Ironilda Ribeiro Comerlato residia no Município de Salto do Lontra, onde trabalhava como enfermeira, auxiliando em razão dessa importante função as pessoas que necessitavam dos seus serviços profissionais, cultivando por isso uma grande amizade com aquela população que hoje chora o seu passamento. Merece portanto o nosso reconhecimento, que o fazemos registrando o nosso profundo pesar pelo falecimento, nos Anais desta Assembléia Legislativa.

REQUERIMENTO N° 521

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar pelo falecimento da Senhora Maria Amaral da Silva, ocorrido dia 15 próximo passado, na cidade de Ponta Grossa.

Pessoa de grande estima, que com seu falecimento deixará amigos e parentes com saudades.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência, em nome da família enlutada, à Rua Almirante Vandelhoque - 650 - Vila Ana Rita, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 22.03.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 508

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao Exmo. Senhor Bayha Denis, Ministro dos Transportes, pela liberação de verbas para os serviços de conservação em cinco trechos das estradas Federais do Estado do Paraná, que se encontram em situação crítica. Pedido feito pelos Deputados, autoridades e comunidades em geral, do Paraná.

Com a conservação das mesmas, os acidentes rodoviários irão diminuir, dando mais segurança para os motoristas na transitabilidade nestas rodovias.

Entre as rodovias está a do Corredor de Exportação do Estado do Paraná, sendo esta uma das principais do Estado. Como também a rodovia Transbrasiliana, no trecho Ventania a Alto Amparo, obra esta interrompida há mais de 20 anos.

Pede, ainda, para dar ciência ao Exmo. Senhor Ministro dos Transportes.

Sala das Sessões, em 22.03.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 513

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em Ata da presente Sessão Votos de Congratulações e regozijo pela passagem do 73° Aniversário do Município de Reserva, no dia 26 de março do corrente, expressões essas atribuídas a toda a comunidade de Reserva, através do Excelentíssimo Senhor João Szeremeta, Digníssimo Prefeito Municipal, ao Ilustríssimo Senhor Carlos Martins, Mui Digno Vice Prefeito Municipal, ao Excelentíssimo Vereador Wilson de Hollebem, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal e demais membros daquela Colenda Casa de Leis; Vereador Tomas Szeremeta, Vereador Carlos Jorge Hornung, Vereador Daniel C. de Oliveira, Vereador Ivo Carlos Lopata, Vereador Jairo Hornung, Vereadora Ana Claudia G. Kluphocoski, Vereador José Maria L. de Almeida e Vereador Cláudio Jandrey Marques; ao Meritíssimo Juiz da Comarca Doutor Marcio Tokas, à Dra. Sonia Regina de Melo Rosa, Digníssima Promotora de Justiça, bem como às demais autoridades do Município.

Fundada por José Mariano de Marins por volta de 1845, foi elevada a distrito em 20.04.1906 e pela Lei Estadual n° 2038 de 26.03.1921 foi elevada à Município, sendo desmembrada de Tibagi. Passou a sede de Comarca em outubro de 1938.

O Município de Reserva possui 1.718,133 Km² de área e população superior a 26.000 habitantes; tem como Padroeiro o Menino Jesus e sua economia é baseada, principalmente, no setor primário.

Com este voto de congratulações, home-

nageamos toda a população honesta e trabalhadora de Reserva nos regozijando pelo feliz acontecimento e levando a todos o nosso abraço fraterno.

Da decisão do Plenário, requer, ainda, seja dada ciência àquelas autoridades através da Prefeitura Municipal.

Sala das Sessões, em 22.03.94.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 525

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações para a Empresa de Correios e Telégrafos pela inauguração da agência em Ponta Grossa, edificada na esquina da rua Augusto Ribas com a Avenida Vicente Machado, donde realizar-se-á no dia 25 próximo, com a presença do Presidente do ECT, Sr. Antonio Correia.

Com 1.950 metros quadrados de área construída, a nova agência é considerada a mais moderna de todo o país. Construída, em estilo moderno, a nova agência terá três pavimentos: térreo, piso superior e subsolo, agilizando assim os serviços de entrega de correspondências e atendimento do público em geral.

Pede-se dar ciência do mesmo à Agência de Correios e Telégrafos, sito à Avenida Vicente Machado esquina com Rua Augusto Ribas em Ponta Grossa-Pr.

Sala das Sessões, em 22.03.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 507

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, sob a égide dos arts. 97, I e 98 § 2° do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, bem como do art. 54, inciso XXXIV da Constituição Estadual, requer à douta Mesa Executiva o encaminhamento aos Srs. Secretários de Estado, Sr. Luiz Cláudio Romanelli, da Política Habitacional do Paraná, bem como do Sr. José Domingos Scarpellini, Especial de Governo, para comparecerem a este Poder, no mesmo dia e hora, data a ser marcada pela Mesa, preferencialmente ainda neste mês de março, a fim de prestarem informações sobre acusações mútuas, envolvendo verbas públicas, conforme matérias veiculadas pela imprensa, cujas cópias estão inclusas.

A brevidade na convocação, como requerida, prende-se ao fato de tratar-se do interesse público, cuja função típica do Legislativo, exige preservar e fiscalizar, segundo ditames da própria Constituição Estadual, art. 75, incisos II e V, podendo inclusive, após os trâmites normais e, com auxílio do Tribunal de Contas, comprovada

a ilegalidade de despesas ou irregularidade de contas, aplicar sanções previstas em lei, entre as quais, multa proporcional ao dano causado ao erário, conforme dispõe o inciso VIII, do mesmo dispositivo constitucional citado.

Sala das Sessões, em 22.03.94.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 509

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja encaminhado em caráter de urgência, ao eminente Desembargador Otto Sponholz, Presidente do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, manifestação desta Casa Representativa, instando aquela Corte para fixar nova data, se possível com brevidade, para o plebiscito sobre a eventual emancipação do Distrito de Guaraituba, objeto da Resolução n° 063/90, desta Assembléia.

Sala das Sessões, em 22.03.94.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A consulta plebiscitária de Guaraituba foi aprovada pelo TRE, pela Resolução n° 253/93, tendo sido marcado o plebiscito para o dia 13 de março passado. No entanto, às vésperas da concretização do ato político, o Tribunal houve por bem adiar sua realização, para ajustar o procedimento às regras vigentes, notadamente o cadastramento de eleitores vinculados a algumas seções eleitorais do termo, que remanesciam não arrolados.

Agora o ilustre Juiz Eleitoral titular da 186ª Zona, com jurisdição sobre a área a emancipar, já procedeu às medidas preliminares de arrolamento daqueles eleitores, contando sempre com o apoio decidido e irrestrito da comunidade do atual Distrito de Guaraituba, regularmente organizada e representada, inclusive por seus núcleos partidários.

Compreende-se o empenho da Comunidade em ver fixada para breve a data definitiva para a consulta, eis que o adiamento às vésperas do plebiscito causou compreensível expectativa. A população mostra-se ansiosa por ter a oportunidade de decidir de seus destinos, de forma direta e irretorquível.

Doutro lado o plebiscito é a suprema manifestação do princípio democrático da soberania popular, como declara a Constituição Brasileira (art. 1°, parág. único).

Tendo sido supridas as condições para a regularização do procedimento eleitoral especial, esperamos todos que o Tribunal, sensível às ponderadas razões aqui apresentadas, acolha o pleito da comunidade de Guaraituba, aprovando o calendário para sua realização a culminar com a fixação -

clara e definitiva - da data do plebiscito.

REQUERIMENTO N° 500

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de executar a abertura da Rua Amperes - Jardim Guaraituba, tendo em vista que há seis casas no local e os moradores não dispõem de serviços e energia elétrica e água devido a rua estar fechada.

Pedem os moradores que seu pedido seja atendido pois já fazem três anos que eles vêm fazendo esse pedido, porém infelizmente não são atendidos.

Sala das Sessões, em 22.03.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 514

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e após ouvido o Plenário, REQUER seja encaminhado expediente ao Dr. Luiz Alberto Martins de Oliveira, ilustre Presidente da Companhia de Telecomunicações do Paraná, TELEPAR, no sentido de que seja viabilizada a instalação e telefone público no Conjunto Habitacional João Júlio da Silva, no Município de Santa Amélia.

Requer, outrossim, que do teor do presente dê-se ciência ao ilustre Prefeito Municipal e aos Vereadores da Câmara Municipal de Santa Amélia.

Sala das Sessões, em 22.03.94.

(a) VALDERI MENDES VILELA

JUSTIFICATIVA:

O local acima mencionado é habitado por aproximadamente 600 pessoas, em 200 moradias, que não dispõem nas imediações do serviço telefônico. Isso causa sérias dificuldades ao atendimento dos problemas da comunidade, agravados pela falta da comunicação.

Por esta razão, confiamos nos procedimentos diligentes da TELEPAR, a fim de contemplar a população em questão com o serviço de telefonia pública.

REQUERIMENTO N° 515

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e após ouvido o Plenário, REQUER seja encaminhado expediente ao Dr. Luiz Alberto Martins de Oliveira, ilustre Presidente da Companhia de Telecomunicações do Paraná, TELEPAR, no sentido de que seja viabilizada a instalação e telefone público no bairro Ibitira, no Município de Santa Amélia.

Requer, outrossim, que do teor do pre-

sente dê-se ciência ao ilustre Prefeito Municipal e aos Vereadores da Câmara Municipal de Santa Amélia.

Sala das Sessões, em 22.03.94.

(a) VALDERI MENDES VILELA

JUSTIFICATIVA:

O local acima mencionado é habitado por centenas de famílias, na maioria carentes que não possuem nas imediações o serviço telefônico. Isso causa sérias dificuldades ao atendimento necessário dos problemas da comunidade, agravados pela falta de comunicação.

REQUERIMENTO N° 516

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e após ouvido o Plenário, REQUER seja encaminhado expediente ao Dr. Luiz Alberto Martins de Oliveira, ilustre Presidente da Companhia de Telecomunicações do Paraná, TELEPAR, no sentido de que seja viabilizada a instalação e telefone público no bairro Ribeirão dos Índios, no Município de Santa Amélia.

Requer, outrossim, que do teor do presente dê-se ciência ao ilustre Prefeito Municipal e aos Vereadores da Câmara Municipal de Santa Amélia.

Sala das Sessões, em 22.03.94.

(a) VALDERI MENDES VILELA

JUSTIFICATIVA:

O local acima mencionado é habitado por aproximadamente 200 famílias de pequenos agricultores, que não dispõem nas imediações do serviço telefônico. Isso causa sérias dificuldades ao atendimento dos problemas da comunidade, agravados pela falta de comunicação.

Por esta razão, confiamos nos procedimentos diligentes da TELEPAR, a fim de contemplar a população em questão com o serviço de telefonia pública.

REQUERIMENTO N° 517

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial deste Poder à Secretaria Estadual da Educação, solicitando a doação de um televisor e um vídeo cassete para o Centro Social Urbano de Bandeirantes.

Que do presente dê-se ciência ao Senhor Prefeito Municipal e aos Vereadores de Bandeirantes.

Sala das Sessões, em 22.03.94.

(a) VALDERI MENDES VILELA

JUSTIFICATIVA:

Criado com o objetivo de atender e formar crianças e adolescentes, de 0 a 18 anos, o Centro Social Urbano de Bandeirantes vem atravessando sérias dificuldades,

principalmente por falta de apoio às suas atividades.

Uma das necessidades do CSU, dentro do seu projeto de reequipamento, é a aquisição de um televisor e um vídeo cassete para aprimorar os programas de atendimento à clientela. Sem recursos para tal aquisição, o CSU vê na Secretaria da Educação a única possibilidade de obter os aparelhos, através de doação.

REQUERIMENTO N° 518

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e após ouvido o Plenário, REQUER seja encaminhado expediente ao Dr. Luiz Alberto Martins de Oliveira, ilustre Presidente da Companhia de Telecomunicações do Paraná, TELEPAR, no sentido de que seja viabilizada a instalação de telefone público no bairro Cabiuninha, no Município de Bandeirantes.

Requer, outrossim, que do teor do presente dê-se ciência ao ilustre Prefeito Municipal e aos Vereadores da Câmara Municipal de Bandeirantes.

Sala das Sessões, em 22.03.94

(a) VALDERI MENDES VILELA

JUSTIFICATIVA:

O local acima mencionado é habitado por inúmeras famílias, na maioria carentes, que dispõem de telefone público mas a uma distância muito grande, que atende também aos moradores do bairro do Ormeneze.

A instalação de um novo telefone nas imediações amenizaria as sérias dificuldades enfrentadas pela comunidade, que acabam se agravando com a falta de comunicação.

Por esta razão, confiamos nos procedimentos diligentes da TELEPAR, a fim de contemplar a população em questão com o serviço de telefonia pública.

REQUERIMENTO N° 519

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial deste Poder à Companhia Habitacional Bandeirantes, de Londrina (R. Piauí, n° 1264, Londrina/Pr), solicitando informações sobre graves irregularidades na construção do Conjunto Habitacional Humberto Teixeira II, no Município de Bandeirantes, neste Estado.

Sala das Sessões, em 22.03.94

(a) VALDERI MENDES VILELA

JUSTIFICATIVA:

Segundo denúncias que chegam a este Parlamentar, é dramática a situação dos mutuários do Conjunto Habitacional Humberto Teixeira II, em Bandeirantes. As moradias são de baixíssima qualidade, apresen-

tam inúmeros problemas de construção com material de baixa qualidade, inexistente acabamento, não há saneamento básico nem infra-estrutura mínima. Além disso, as prestações são elevadas, desproporcionais ao padrão popular, o que fez com que a maioria desses mutuários se tornasse inadimplente com a Caixa Econômica Federal.

REQUERIMENTO N° 520

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Educação, solicitando reexame da Portaria n° 1169/93.

Que do teor do presente dê-se ciência aos senhores Antonio C. Ferreira, Valdete de Cácia Barbosa, Deisilane Mesquita Rizzi e Silva, Neide Maria Lopes e Lúcia Helena do V. Assis, no Colégio Estadual Maria Isabel Guimarães (R. Visconde de Guarapuaça, 198), no Município de São José da Boa Vista.

Sala das Sessões, em 22.03.94

(a) VALDERI MENDES VILELA

JUSTIFICATIVA:

Conforme poderá ser verificado pela anexa correspondência subscrita por professores do Colégio Estadual Maria Isabel Guimarães, em São José da Boa Vista - inúmeros profissionais que realizaram o teste seletivo para professor de 1° e 2° graus na Rede Estadual estão indignados com a Portaria n° 1169/93 (SEED), que estabeleceu os critérios para chamada dos aprovados no referido teste.

Ocorre que, por força dessa norma, aqueles que substituíram no ano de 1993, estão agora impedidos de admissão. Muitos desses professores não foram informados de tal impedimento nem tampouco da prorrogação do teste seletivo.

Diante disso, confiamos nos estudos e providências da Secretaria da Educação visando reparar tal injustiça.

REQUERIMENTO N° 522

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário envio de expediente ao Secretário de Esporte e Turismo, Sr. José Afonso Júnior, solicitando recursos para construção de uma quadra poliesportiva através do Programa Nossa Quadra, no Colégio Estadual Santo Antonio, na cidade de Imbituva.

O Colégio tem atualmente cerca de 1500 alunos, e a atual quadra de esportes encontra-se em estado precário, e não comporta todos os alunos do colégio.

A construção dessa quadra é de grande

importância para incentivar o esporte, e dar melhores condições de ensino aos professores de Educação Física e Melhor aprendizado aos alunos.

Sala das Sessões, em 22.03.94

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 523

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado do Esporte e do Turismo Sr. José Afonso Júnior, solicitando a possibilidade de construir uma quadra esportiva polivalente, se possível coberta, para o Município de Imbituva-Pr.

O Município acima referido, necessita de uma quadra deste tipo para suprir a procura pelo esporte, que vem aumentando a cada dia, visto que o esporte é uma fonte natural de saúde.

A construção da quadra beneficiará, muitas pessoas, entre elas crianças, jovens e adultos, que têm como complemento de suas atividades diárias o esporte.

Esta obra será de grande valia, e com certeza vai estimular várias pessoas a descobrirem as virtudes do esporte.

Sala das Sessões, em 22.03.94

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 524

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado do Esporte e do Turismo Sr. José Afonso Júnior, solicitando a possibilidade de construir uma quadra esportiva polivalente, se possível coberta, para o Município de Cândido de Abreu-PR.

O Município acima referido, necessita de uma quadra deste tipo para suprir a procura pelo esporte, que vem aumentando a cada dia, visto que o esporte é uma fonte natural de saúde.

A construção da quadra beneficiará, muitas pessoas, entre elas crianças, jovens e adultos, que têm como complemento de suas atividades diárias o esporte.

Esta obra será de grande valia, e com certeza vai estimular várias pessoas a descobrirem as virtudes do esporte.

Sala das Sessões, em 22.03.94

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 526

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado

do Esporte e do Turismo Sr. José Afonso Júnior, solicitando a possibilidade de construir uma quadra esportiva polivalente, se possível coberta, para o Município de Reserva-PR.

O Município acima referido, necessita de uma quadra deste tipo para suprir a procura pelo esporte, que vem aumentando a cada dia, visto que o esporte é uma fonte natural de saúde.

A construção da quadra beneficiará, muitas pessoas, entre elas crianças, jovens e adultos, que têm como complemento de suas atividades diárias o esporte.

Esta obra será de grande valia, e com certeza vai estimular várias pessoas a descobrirem as virtudes do esporte.

Sala das Sessões, em 22.03.94

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 527

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial deste Poder ao Banco Central do Brasil e ao Conselho Monetário Nacional, denunciando graves irregularidades na construção do Conjunto Habitacional Humberto Teixeira II, no Município de Bandeirantes, neste Estado.

Sala das Sessões, em 22.03.94

(a) VALDERI MENDES VILELA

JUSTIFICATIVA:

Segundo denúncias que chegam a este parlamentar, é dramática a situação dos mutuários do Conjunto Habitacional Humberto Teixeira II, em Bandeirantes. As moradias são de baixíssima qualidade, apresentam inúmeros problemas de construção com material de baixa qualidade, inexistente acabamento, não há saneamento básico nem infra-estrutura mínima. Além disso, as prestações são elevadas, desproporcionais ao padrão popular, o que fez com que a maioria desses mutuários se tornasse inadimplente com a Caixa Econômica Federal.

Construídos com recursos federais do Ministério da Ação Social, tendo a Caixa Econômica Federal como agente financeiro, tais habitações não preenchem os requisitos mínimos para serem ocupadas. Diante disso, faz-se urgente a tomada de providências visando apurar as responsabilidades por essa situação.

REQUERIMENTO N° 528

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Fundação de Ação Social do Paraná, FASPAR, solicitando informações sobre o andamento do projeto de reestruturação do Centro Social Urbano de Bandei-

rantes, elaborado pelo Dr. Luiz Antonio Rossafo, ex-diretor do Departamento de Ação Social daquele município.

Que do presente dê-se ciência ao Sr. Prefeito Municipal e aos Vereadores de Bandeirantes.

Sala das Sessões, em 22.03.94

(a) VALDERI MENDES VILELA

JUSTIFICATIVA:

O Centro Social de Bandeirantes foi construído com o objetivo de atender e formar crianças e adolescentes, entre 0 e 14 anos.

Esse objetivo foi realizado, durante muito tempo, inclusive com a manutenção de creche atendendo a mais de 200 crianças.

Hoje, no entanto o CSU está totalmente deficitária, precisando de urgente reestruturação.

Projeto nesse sentido foi elaborado pelo Dr. Luiz Antonio Rossafo, quando diretor do Departamento de Ação Social de Bandeirantes. Entretanto, não se tem informações sobre o seu andamento na FASPAR.

REQUERIMENTO N° 529

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial deste Poder ao Ministério da Ação Social, solicitando cópia do Edital de Licitação para construção do Conjunto Habitacional Humberto II, no Município de Bandeirantes, neste Estado.

Sala das Sessões, em 22.03.94

(a) VALDERI MENDES VILELA

JUSTIFICATIVA:

Segundo denúncias que chegam a este parlamentar, é dramática a situação dos mutuários do Conjunto Habitacional Humberto Teixeira II, em Bandeirantes. As moradias são de baixíssima qualidade, apresentam inúmeros problemas de construção, as prestações são elevadas desproporcionais ao padrão popular o que, aliás, teria feito da maioria desses mutuários inadimplentes com a Caixa Econômica Federal.

Sabendo que tal "obra" foi realizada com recursos federais, através do Ministério da Ação Social, tendo a CEF como agente financeiro, solicitamos cópia do Edital de Licitação para construção do referido conjunto, bem como esclarecimentos sobre a responsabilidade da Companhia Habitacional Bandeirantes Londrina Ltda, vencedora da licitação, diante dos problemas resultantes do empreendimento.

REQUERIMENTO N° 530

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial deste Poder à

Prefeitura Municipal de Bandeirantes solicitando esclarecimentos sobre as razões que a levaram a doar área para construção do Conjunto Habitacional Humberto Teixeira II, naquele município.

Sala das Sessões, em 22.03.94

(a) VALDERI MENDES VILELA

JUSTIFICATIVA:

Segundo denúncias que chegam a este parlamentar, é dramática a situação dos mutuários do Conjunto Habitacional Humberto Teixeira II, em Bandeirantes. As moradias são de baixíssima qualidade, apresentam inúmeros problemas de construção, as prestações são elevadas desproporcionais ao padrão popular o que, aliás, teria feito da maioria desses mutuários inadimplentes com a Caixa Econômica Federal.

Sabendo que a Prefeitura de Bandeirantes doou a área em que tal Conjunto foi construído, solicitamos informações quanto às suas razões, bem como responsabilidades com o empreendimento.

REQUERIMENTO N° 531

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial deste Poder à Superintendência Estadual da Caixa Econômica Federal, solicitando esclarecimentos sobre a atual situação de inadimplência dos mutuários do Conjunto Habitacional Humberto Teixeira II, no Município de Bandeirantes.

Sala das Sessões, em 22.03.94

(a) VALDERI MENDES VILELA

JUSTIFICATIVA:

Segundo informações que chegam a este parlamentar, seria muito elevado hoje o número de mutuários do Conjunto Habitacional Humberto Teixeira II, em Bandeirantes, inadimplentes com a Caixa Econômica Federal.

A principal razão para isso seria a prática de reajustes abusivos das prestações, em desacordo com os salários percebidos com os mutuários, em sua maioria, trabalhadores de baixa renda.

REQUERIMENTO N° 535-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário REQUER, o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado do Paraná, solicitando o atendimento urgente da solicitação feita através do ofício n° 010/94, conforme cópia anexa, da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Esperança - APAE, da cidade de Nova Esperança-PR.

Sala das Sessões, em 22.03.94.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 506

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de um apelo ao Senhor Hélio Garcia, Governador do Estado de Minas Gerais, e ao Comandante Geral da Polícia Militar daquele Estado, solicitando a imediata apuração dos fatos e exemplar punição dos responsáveis pelo assassinato do jovem Wagner Ilídio de Moura, no dia 21 de fevereiro do corrente ano, na cidade de Belo Horizonte.

Sala das Sessões, em 22.03.94.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

No dia 21.02.94, Wagner Ilídio de Moura, morreu vítima de espancamento e asfixia por parte de policiais militares do 6° Distrito Policial, Bairro Floresta, em Belo Horizonte.

Não podemos aceitar que a violência seja substituta do diálogo e do bom-senso, muito menos quando se trata da arbitrariedade daqueles que deveriam estar resguardando "de fato" a ordem e a paz.

Não devemos nos conformar e conviver calados com qualquer tipo de injustiça social e violência.

A sociedade democrática não pode conviver com tais arbitrariedades ao amparo da Lei e do Direito.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Mensagem n° 21/94, subscrita pelo Senhor Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de Lei que aprova a abertura de crédito especial no valor de CR\$ 47.296.557.000,00 (quarenta e sete bilhões, duzentos e noventa e seis milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil cruzeiros reais), ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei n° 10.699, de 29 de dezembro de 1993, visando o cumprimento do disposto no Anexo VII, do artigo 17 da referida Lei. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 058/94, de autoria do Poder Executivo-Mensagem n° 014/94, que aprova crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 10.699, de

19.12.93, no valor de CR\$ 4.020.000.000,00 (quatro bilhões, e vinte milhões de cruzeiros reais), conforme Anexo I, desta Lei. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. **Aprovado, artigo por artigo.**

Com votos contrários dos Deputados Paulo Maia, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Emilia Belinati, Valderi Mendes Vilela, Ovídio Constantino, Namir Piacentini, Florisvaldo Fier, Valdir Rossoni, Ernani Pudell e Lourenço Fregonese.

Sobre a mesa, Requerimento n° 500, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 506, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 535-A, de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 508, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 509, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 511, de autoria do Senhor Deputado Nereu Alves de Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 507, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Temos acompanhado pela imprensa do nosso Estado a posição de dois Secretários de Estado. No dia 15.03.94 há uma matéria paga na "Folha de Londrina" dizendo: "Paraná, empunhe esta bandeira. Corrupção não. O senhor Luiz Cláudio Romanelli, Secretário de Habitação do Paraná precisa mostrar a origem do dinheiro com que comprou sua mansão em Curitiba. Qual a conexão Curitiba-Nova Esperança? Aguarde para breve. Observação: sabemos que tem muito ferro na parada, aliás, muita grana. Quem viver verá. Assinado: ASF - RG n°

214255-PR - CPF nº 062530679-15".

No dia seguinte, com nova matéria paga na "Folha de Londrina", dia 16.03, diz o seguinte: "Scarpelini, você é um covarde". Tal matéria é assinada pelo senhor Luiz Cláudio Romanelli, Secretário Especial da Política Habitacional do Paraná. Diz algumas coisas (Lê):

"Scarpelini: Você é um covarde!"

O senhor José Domingos Scarpelini mandou publicar ontem neste jornal um anúncio grosseiro e agressivo contra mim e não teve coragem de assiná-lo.

Preferiu usar as iniciais A.S.F. e o RG 214.255/PR. Para minha surpresa, esta é a identidade do sub-delegado Ananias Silva Franco, protagonista do Caso Ferreirinha.

Na verdade, o senhor Scarpelini ataca-me de forma covarde e vil apenas e tão somente por que fui visitar a cidade que ele considera o seu curral eleitoral.

Cumprindo o meu dever de Secretário da Habitação, atendi a convocação da União Municipal dos Mutuários de Apucarana (UMMA) e da Federação de Associações de Moradores do Paraná (FAMOPAR).

Fui a Apucarana verificar "in loco" a situação vergonhosa dos conjuntos habitacionais financiados pela CEF e construídos numa espécie de mancomunato entre empreiteiras e a Prefeitura, ao tempo em que era administrada pelo raivoso agressor.

No Morro da Formiga, fui prestar solidariedade a centenas de famílias ameaçadas de despejo. Isso apesar de morarem em um conjunto precário, onde se registrou um dos mais escabrosos casos de superfaturamento do Paraná. A Prefeitura de Apucarana doou o terreno para a empreiteira e bancou os custos de infra-estrutura.

Visitei também os conjuntos do programa Casa da Família, que não foram concluídos em 1991, como deveriam, por que os recursos repassados à Prefeitura foram desviados para outras finalidades.

Coragem, Scarpelini. Faça como eu. Escreva e assine em baixo.

Luiz Cláudio Romanelli

Secretário Especial da Política Habitacional do Paraná"

No dia 17 de março, nova matéria paga: "Romanelli: covarde e mentiroso! Dinheiro é fêmea!"

1) Em 1988, quando foi candidato a vereador em Curitiba, Romanelli, declarou ao TRE que possuía os seguintes bens:

02 Gols;

02 motos;

01 casa (no Tarumã);

01 apartamento em Londrina;

totalizando US\$ 80.000. De lá para cá o Romanelli ficou muito rico, ele é parecido com o João Alves, pois, só a casa que comprou no Cotelengo, está avaliada em US\$ 250.000. Será que o dinheiro do Romanelli

é fêmea, pois parece até que dá cria!

Sede do PMDB vai a leilão

2) A dívida contraída entre a Clichepar e o PMDB, por Romanelli precisa ser explicada, pois, a sede do partido está para ir a leilão. E o dono da Clichepar Sr. Machado é sócio do Romanelli.

Açouque não - vitraux mesmo

3) O caso da Conexão Curitiba - Nova Esperança, também precisa ser explicado, pois, uma pequena serralheria de Nova Esperança passou a vender vitraux e batentes de portas, fora de especificação técnica, com consentimento do Sr. Romanelli, que orienta os seus engenheiros a aceitarem o produto e cada vitraux pesa 2 Kg. a menos que o mínimo exigido tecnicamente.

Burro ruim se vende longe

4) Luiz Cláudio Romanelli, 4º suplente de vereador na eleição de 88, em Curitiba, onde o mesmo é bem conhecido, agora quer se eleger Deputado Estadual, por isso está fazendo campanha onde é pouco conhecido, pois, quem conhece não compra, assim como a história dos tropeiros que diz: BURRO RUIM SE VENDE LONGE!!! (Romanelli fez em 88, 2.620 votos em Curitiba.)

JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Secretário Especial de Governo

Obs.: Da maneira como multiplicou o seu patrimônio, Romanelli, pode ser chamado de João Alves das Araucárias."

E continuam as acusações.

No dia seguinte, dia 18 de março (Lê):

"Briga Romanelli/Scarpelini na Justiça

A posição do Governador que visita o Vale do Ivaí diz o seguinte: 'Isto é uma molecagem.'"

Portanto, dois moleques como Secretários - deve ser essa a leitura que podemos fazer.

É necessário que ambos venham a esta Casa para explicar as acusações que fazem, afinal estão pagando matéria para sair na Imprensa. Pergunto: de onde saiu o dinheiro para pagar essas matérias? O palavreado usado na Imprensa de acordo com a "Folha de Londrina": canalha, corrupto, covarde, desajustado, fracassado, frustrado lixo humano, mau caráter, medíocre, mesquinho, neurótico, sabujo e por aí vai!

Srs. Deputados, é impossível que esta Casa, impassível assista essa troca de desaforos entre dois Secretários do Governo. Se ambos são Secretários e um é ex-prefeito, e se acusam de corruptos, significa que é o dinheiro da população do Paraná que está sendo desviado. Um conhece muito bem o outro. E, recentemente, o Tribunal de Contas do Estado não aprovou as contas do Scarpelini. Isso foi divulgado pela Imprensa.

Portanto, se desejarmos que fique clara essa situação, que não fique mais sobre

um manto acobertando a administração Roberto Requião, convoquemos esses senhores para estarem aqui presentes. Porque se se acusam entre si de corruptos e ambos são Secretários de Estado, significa que a administração Roberto Requião pode estar envolvida em corrupção. Pois é essa acusação que se fazem.

Então queremos que ambos estejam no mesmo dia e na mesma hora para cada um apresentar as suas razões e serem interpellados por esse Parlamento. É obrigação desse Parlamento zelar pela causa pública, zelar pela moralidade, pela ética e pela não corrupção. E, no entanto, o que estamos vendo na Imprensa não é isto.

Queremos e desejamos ter esse Requerimento aprovado e assim solicitamos. Se rejeitado este Requerimento, significa que esta Casa deseja ver acobertada as acusações que fazem um para o outro. Se rejeitado, vai ficar esse manto sobre os dois e sobre a administração. O que leva a crer a este Deputado, que a rejeição dele significa corrupção mesmo e não mais a dúvida.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - A oposição aqui reuniu-se rapidamente e falou que cederá o nosso lado - apesar de eles não serem dignos de usar a nossa tribuna - cederá a um dos dois corruptos para virem dar as explicações aqui sobre esse caso do Rosinha.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não procede a questão de ordem do Deputado Valdir Rossoni.

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, população aqui presente, imprensa em geral.

O pedido do Deputado Florisvaldo Fier, é um pedido justo que a população do Paraná pede à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná que faça a sua parte, convocando os dois Secretários da Administração Roberto Requião para esclarecimentos não só à Assembléia, como também a toda a população do Estado do Paraná.

Senhor Presidente, o Brasil vive momentos tensos, onde não se entendem Executivo, Legislativo e Judiciário, onde militares de Brasília estão prontos para tomar a ação, doa a quem doer, no Estado brasileiro.

Senhores Deputados, se esta Casa porventura não aprovar o Requerimento do Deputado Florisvaldo Fier, ela estará também se envolvendo neste mundo de vergonha que é o que tem acontecido em muitos Estados brasileiros.

Senhores Deputados, o povo quer saber e os Senhores nada mais são do que representantes do povo do Estado do Paraná. Por isso peço aos senhores: deixem os seus in-

teresses de lado e pela primeira vez, se for necessário, atendam os reclamos da população paranaense.

É preciso que se mostre ao Paraná quem são os Secretários dignos e quem são os Secretários indignos do Estado do Paraná.

Por isso senhor Presidente, faço um apelo: Senhores Deputados, o que está em jogo, não é o governo Roberto Requião, o que está em jogo, nada mais é do que esclarecimentos que a população pede aos seus representantes que somos nós, Deputados Estaduais.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA (Para Encaminhar) - O encaminhamento consiste - e aqui falo com autoridade de quem fez aprovar, ao lado inclusive das oposições, inúmeros requerimentos de informações, quem fez integrar Comissões Parlamentares de Inquérito e quem nunca se recusou fazer apurar as irregularidades no âmbito do Poder Executivo.

O Senhor Scarpelini fez divulgar, bem ao seu modo, e nós conhecemos, especialmente nós que integramos o PMDB, a sua impetuosidade, fez divulgar sérias acusações ao Secretário especial de Política Habitacional e este é um registro importante, Senhores Deputados, ter estado o Secretário de Política Habitacional, na região de Apucarana, a empreender medidas e providência no âmbito da sua pasta, da pasta de Habitação do Estado. Estava lá o Secretário de Habitação a adotar as providências inclusive naqueles municípios que apóiam o Governo, como é o caso especificamente do Prefeito do Município de Apucarana.

Em função da presença do Secretário de Política Habitacional naquele município, na inspeção de obras e a assinatura de novos convênios, entendeu o Senhor Scarpelini, por atacar o Secretário que lá estava cumprindo o seu dever institucional. Mas poderia fazê-lo com base em verdades políticas objetivas, mas o fez à base e daí as razões de rejeição, para que se tenha acareação de matéria que deve ser decidida no âmbito próprio da justiça, já que o Sr. Scarpelini será réu por crime de calúnia, injúria e difamação movida pelo Secretário de Política Habitacional.

Quando se diz, por exemplo, da compra da casa em que reside o Secretário da Política Habitacional, há de se reconhecer que esta casa é anterior ao exercício das suas funções de Secretário de Estado. Esse é o dado nº 01, esta, portanto, é uma infâmia que se faz contra o Secretário de Política Habitacional, como, também, aquela que diz respeito especificamente às especificações técnicas de material utilizado na construção civil, é outra infâmia intencionista do Secretário Scarpelini.

Na verdade constitui o ato do Sr. Scarpelini um ato de grave indisciplina administrativa e de grande indisciplina partidária, e é no plano administrativo e no plano partidário que essa matéria deve ser apurada, porque se trata de um conflito político entre dois membros do PMDB, e na verdade, um deles já conhecido, fez um conjunto de acusações que não merecem credibilidade, porque estão ditadas por interesses menores seus contrariados no Município de Apucarana.

Essas, prezado Líder, as razões da rejeição e para que não se faça da Assembléia Legislativa um palco de exploração demagógica, bem como, de projeção do denunciante que se faz afirmar na política e se fez ao longo da sua trajetória, firmar na política com base em denúncias, não apenas contra o Secretário de Política Habitacional, como inclusive contra um Deputado da Oposição, Deputado Colombino Grassano que vem sendo vitimado insistentemente pelos ataques do Sr. Scarpelini.

Então, é preciso, do mesmo modo como nós com respeito não tratamos aqui as questões, muitas delas, incorretamente tratada pelo Sr. Scarpelini contra o Deputado Colombino Grassano, que é da Oposição, que vem sendo vitimado por sucessivos jornais distribuídos nos Gabinetes Parlamentares, que se procure, também, o mesmo respeito das Oposições em relação a um membro do Governo injustamente atacado pelo estrito cumprimento do seu dever de Secretário de Política Habitacional.

Era o encaminhamento, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Para encaminhar, com a palavra o Deputado Mário Bezerra.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Acho que é de interesse próprio do Secretário Romanelli a apuração desse caso envolvendo o Secretário Especial do Governo, Scarpelini.

O melhor meio de se provar a inocência do Secretário da Habitação, Romanelli, é se apurando o caso.

O Doutor Rosinha entra com um requerimento pedindo o depoimento na Assembléia.

Tenho um requerimento que está para discutir, que dei entrada ontem que pede a formação da Comissão Especial.

Se a Assembléia se omitir da responsabilidade de buscar a verdade, estaremos sendo coniventes com o crime, porque até prova em contrário, o Secretário Romanelli tem culpa no Cartório, porque quem denuncia não é o Deputado Mário Bezerra, não o Deputado Rosinha, não foi o Deputado da Oposição, é um homem ligado ao Governo,

que conhece das maracutaías e da corrupção que se instalou no Governo Requião durante esses três anos e meio em que tomou posse no Palácio Iguagu. Não é o primeiro caso de corrupção que se denuncia nesta Assembléia.

São inúmeros casos, e se a Assembléia se omitir de buscar a verdade seremos cobrados nas ruas nas próximas eleições, e os próprios Deputados do governo, da Bancada principalmente do PMDB e do PT serão cobrados por não terem buscado a responsabilidade daqueles que são criticados pela Bancada do Governo.

Sei que tem Deputados da Bancada do Governo que não se locupletam com o crime.

É necessário que haja consciência para que o povo do Paraná saiba, de verdade, se existe ou não corrupção. Como é que vamos aceitar a tese de que o Secretário Romanelli vai processar Scarpelini por calúnia e difamação, se não se apurar o caso nas suas raízes?

Depois que se formar a Comissão, que se ouvir os homens aqui nesta Casa e que se apurar que houve irresponsabilidade de Scarpelini, e de que ele mentiu, aí sim, deve se entrar contra ele, de calúnia e difamação.

Mas enquanto não provarmos através de investigação da Assembléia, porque o Secretário da Habitação manipula recurso público e o Poder Legislativo tem a função primordial e constitucional de buscar a verdade, de fiscalizar os atos do Governo. Acho um absurdo que a Assembléia se omita, que coloque "panos quentes" em cima de um caso gravíssimo desse, para, depois, ser co-responsabilizada pela imprensa que cumpre o seu papel e difundir os nossos trabalhos.

É necessário que tenhamos um ato de grandeza aprovando o requerimento do Doutor Rosinha, aprovando o meu Requerimento que está na Ordem do Dia, para que formemos uma Comissão Especial - não de inquérito - porque, preliminarmente, deveremos buscar algumas provas para se comprovar que, realmente, deve-se formar uma CPI nesta Assembléia.

Voto com o Requerimento do Doutor Rosinha e peço a compreensão dos Senhores Parlamentares para que votemos também o nosso Requerimento, que pede a instalação de uma Comissão Especial formada pelas lideranças ou pelos Deputados indicados pelas Lideranças, a fim de que busquemos a verdade da denúncia do Scarpellini, homem do Governo, que diz que existe corrupção na Secretaria da Habitação.

Isto se faz necessário.

Obrigado.

O SR. ERNANI PUDELL - Para encaminhar, Senhor Presidente.

Senhores Deputados.

A recente história política brasileira foi muito rica e deixou uma lição muito importante. A corrupção no nosso País somente começou a ser combatida, começou o fim da impunidade exatamente porque surgiu das brigas de intestinos entre determinados grupos a verdade.

Quero aqui lembrar que a queda, por exemplo, do Presidente, Fernando Collor de Melo se iniciou de fato com as denúncias do irmão dele que obrigaram o Parlamento brasileiro, o Congresso Nacional, a instalar a CPI e apurar. Ao final, descobriu-se muito mais do que se imaginava e essas provas acabaram resultando na condenação do Presidente da República e no seu afastamento da Presidência.

Recentemente também o economista, assessor do Congresso Nacional, bateu a língua nos dentes e aí começou a se desmanchar a quadrilha do orçamento que tínhamos no Congresso Nacional. Nós sabemos que a corrupção é algo muito difícil de ser apurado. Todo mundo sabe, todo mundo suspeita, existem indícios, mas as provas, muitas vezes, são difíceis de ser obtidas porque os participantes nos processos de corrupção estão uns ligados aos outros, acabam sendo prejudicados com o desenvolvimento dos mecanismos de corrupção; é como se fosse um efeito dominó, porque ninguém consegue fazer corrupção sozinho.

A corrupção sobre o dinheiro público é fundamentalmente uma atividade de quadrilha. Neste sentido, eu penso o seguinte: que as declarações públicas feitas por dois secretários, em que pesem as alegações do Deputado Bona Turra, mas elas foram tornadas públicas e exigem, de certa forma, um posicionamento, uma apuração da Assembléia.

Eu até vi o Deputado Bona Turra tomar partido, dizendo que as acusações contra o Romanelli são calúnias, difamações, mas acho até que a Assembléia, tendo condições de ouvir os acusados ou os acusadores entre si, colher indícios e, posteriormente, termos uma Comissão Especial, ela pode até concluir pela inocência do Secretário de Habitação. Acho até muito grave o Secretário da Habitação, além de ocupar um cargo hoje no Governo, coloca, inclusive, em xeque a própria honestidade do Governo Requião, porque, afinal de contas, ele é o preposto do Governador, é uma pessoa que, em breve, estará concorrendo a um cargo público.

E neste momento em que o País e a população de um modo geral vai ser dura, muito rigorosa com aqueles que tiveram a sua imagem maculada por indícios de corrupção, eu acho até, no meu entendimento, se fosse eu conselheiro do Secretário Romanelli, me interessaria que a Assembléia

instalasse a Comissão, que ouvisse e que desse um posicionamento o mais rapidamente possível. Esse posicionamento obviamente poderá incriminar ou reunir indícios contra o secretário ou ao contrário disso poderá absolvê-lo e dar-lhe o atestado de idoneidade moral, porque queira ou não, Deputado Bona Turra, ele vai carregar essas manchetes que foram estampadas pelo Scarpelini, durante toda a sua campanha e sabemos que o Poder Judiciário dificilmente vai se pronunciar antes das eleições para reparar eventuais calúnias ou difamações cometidas contra o Secretário Romanelli.

Acho que a questão é por aí, à primeira vista o requerimento do Deputado Rosinha pode parecer uma provocação da bancada da Oposição contra o governo, mas não estou tendo esta leitura não, acho que a Assembléia se obrigou pela publicidade das acusações a tomar um posicionamento, de dar uma satisfação à opinião pública.

O momento político nacional tem levado o parlamento brasileiro a tomar esse tipo de atitude, está aí o caso do Collor, está aí a CPI do Orçamento e acho que interessa ao Secretário Romanelli um esclarecimento dessas denúncias no âmbito de uma Comissão política deste Poder que pode rapidamente se manifestar sobre a matéria, a menos, é lógico - aí seria uma outra questão - que se realmente houver irregularidades graves no âmbito da Secretaria da Habitação, aí lógico que eu acho que a tática do Governo será encobrir, abafar, evitar que esse debate aumente, esta é a leitura que estou fazendo.

Se eu fosse o Secretário Romanelli eu estava aqui na Assembléia para defender o Requerimento do Rosinha, estaria aqui defendendo, porque se sou um homem honesto, lançaram acusações contra a minha pessoa, não existe tribunal mais rápido que possa dar um veredicto do que este Poder. Este Poder pode manifestar-se com muita rapidez, basta que haja vontade política e eu penso que a Assembléia Legislativa do Paraná deve tomar posicionamento nessa questão sim.

São dois homens de governo. Nós não estamos aqui falando em acusação de oposição contra situação, são dois Secretários do Governador, dois homens de confiança. Pelo que está dito aqui, alguém está mentindo. Alguém está envolvido em corrupção, nós precisamos saber quem, para separar o joio do trigo e eu acho que este Parlamento tem obrigação moral, política e até o bom senso de neste momento aprovar o requerimento dos Deputados Dr. Rosinha e Mário Bezerra, que no meu entendimento complementa exatamente o que o Deputado Rosinha está defendendo.

É isso, Senhor Presidente.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, eu penso que o pedido de Vossa Excelência, no encontro que eu tive com o Secretário José Domingos Scarpelini, domingo, ele disse realmente que quer desmascarar, que quer mostrar o outro lado da moeda, inclusive conta a história do vitrô, que pesa não sei quantos quilos a mais, não sei quantos quilos a menos, então eu não sei onde nós vamos com essa briga política que na realidade mais é uma invasão de votos, vai lá, vem para cá, é uma guerra fantástica, como disse o Deputado Nilton Barbosa, que quando as luzes se apagarem e quando acenderem as novas luzes do Governo, Doutor Mário Pereira, então o Deputado Nilton diz que quer contar uma série de histórias a respeito da invasão dos candidatos do Governo em determinadas áreas, prejudicando ora o Deputado Severino, ora o Deputado Nilton, ora vários Deputados.

É verdade, o senhor sabe que é verdade, isso sempre aconteceu, todo final de Governo existe isso, quem está com a máquina tem mais poder; vai realmente, vai lá para Assaí, vai lá para Londrina, vai para Cianorte, o Deputado Dirceu está nervoso, o Deputado Nilton; vai para Umuarama também.

Isso é normal, isso é uma guerra política, vai para Jandaia querer matar o Costenaro. Isso é real, não vamos mudar, isso é uma guerra política entre o Senhor Scarpelini e o Senhor Romanelli, é uma guerra política. Agora veja bem: vai dar um quê? Se houve a guerra, a quadrilha de Brasília, se o Senhor Genebaldo roubou dois milhões de dólares, a casa de cachorro que ele tem é maior do que o meu banheiro no meu apartamento em Londrina. Pombas, e o cara ontem renunciou o mandato, e hoje o Senhor João das Antas lá também renunciou, hoje o Senhor Cide não sei das quantas também renunciou, hoje foi uma maré de renúncia.

Que País é esse? Para onde é que nós vamos? Então compensa a gente fazer CPI. É como disse o Deputado Paulo: "Fica registrado". Mas vejam bem, os homens meteram a mão no orçamento, roubaram leite, roubaram cartilha, roubaram o kit escolar, roubaram, mas desmandaram nesse orçamento em Brasília; em Londrina, então, Nossa Senhora Aparecida, só para Londrina teve umas trezentas mil emendas naquele orçamento.

Olhem, tem emenda para tudo quanto é lugar, para a área do social. Agora, se foi ou não, eu não sei. Mas eu só faço uma pergunta, Senhor Presidente: Está registrado, vamos convocar? Vamos. É uma guerra política? É uma guerra política. Agora, o exemplo foi dado ontem, Genebaldo renunciou, pode sair candidato tranquilamente, normalmente. Hoje, o Joãozinho, o chefe

dos anõezinhos, ontem ele deu uma entrevista na Rede Globo, no SBT, na CNT, na Manchete, na Bandeirantes, ele dizia empolgado: "O que é isso minha filha, respeite os anos que eu tenho neste Parlamento, eu não renunciarei jamais", e deu de dedo na imprensa, hoje de manhã ele levantou correndo e falou: "Estou renunciando". Chegou com o papel lá e disse: "Olhem aqui, vou renunciar"; e já renunciou, e já veio a quadrilha atrás, e aí veio o resto dos anões, ele e a Branca de Neve na frente e os anõezinhos atrás, todo mundo renunciou hoje, e vocês querem fazer CPI?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o requerimento do Doutor Rosinha, que solicita convocação dos Secretários Romanelli e Scarpelini, para prestarem esclarecimentos a este Plenário. Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. Os contrários que se levantem. Esta rejeitado o requerimento.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Verificação de votação. A Mesa procederá à verificação de votação, antes porém, fará a leitura do que dispõe o § 1º do artigo 97: "A convocação do Secretário de Estado será resolvida pela Assembléia ou comissão por deliberação da maioria da respectiva composição plenária, a requerimento de qualquer Deputado, ou membro da Comissão, conforme o caso".

Os Senhores Deputados que forem favoráveis à convocação do Secretário Romanelli e do Secretário Scarpelini queiram levantar-se.

(Pausa)

Dezenove Senhores Deputados são favoráveis.

Os que forem contrários que se levantem.

(Pausa)

Vinte e dois Senhores Deputados rejeitam. Está rejeitado o requerimento.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem) - Eu só quero registrar, Senhor Presidente, a presença aqui do Prefeito de Jesuítas, Agostinho Heinzn, do vice-Prefeito de Sulina, Osmar Rossi, do ex-Prefeito Nivaldo Stossels, e também dos companheiros atingidos pelo Salto de Caxias, que estão aqui para amanhã participar da Sessão Especial da Assembléia Legislativa.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Ontem eu fiz aqui nesta Casa um pronunciamento sobre a questão da Rede Globo no domingo à noite e hoje eu, pelo jeito, tenho

que pedir desculpas pelo meu pronunciamento, porque a atitude dos colegas Deputados do Governo voltam a dar razão às coberturas tendenciosas da imprensa, porque a quem nós estamos protegendo com esta atitude? Estamos protegendo o tagarela do Scarpelini? Ou o corrupto do Romanelli?

Esta é a pergunta que nós deixamos. Nós teríamos aqui a grande oportunidade de acariar os dois denunciadores e ficamos aqui pelo menos uma semana até acharmos a verdade e aí nós começaremos a ter o respeito da sociedade. É atrás disto que nós temos que estar. Mas, com estas atitudes, infelizmente, nós estamos novamente dando razão a estas coberturas generalizadas como nos têm feito.

Infelizmente, não tem fundo de verdade.

O SR. LUIZ H. BONA TURRA (Pela Ordem) - A questão de ordem, Senhor Presidente, é regimental, e diz respeito ao decoro parlamentar.

Não fiz as imputações que fez o ilustre Deputado Valdir Rossoni, quando o Deputado se recusou a subscrever um manifesto à Nação, ao Tribunal de Contas da União e à Procuradoria da República, dando conta de gravíssimos ilícitos e crimes no âmbito da TELEPAR, como também não fiz imputações semelhantes quando o Deputado insiste em manter-se alinhado à orientação do Ministro, Senador banqueiro, José Eduardo de Andrade Vieira.

De modo, Senhor Presidente, que não é justa a imputação que faz o ilustre Deputado Valdir Rossoni aos membros que pensam diferentemente, nesta Casa, do Deputado Valdir Rossoni, como também não é justa a inscrição nos Anais desta Casa, ainda que esteja acoberto da imunidade e do exercício e que faz com honorabilidade o ilustre Deputado Valdir Rossoni, a afirmação de que tanto um quanto o outro Secretário seriam improbos. Esta é uma afirmação incorreta e não peço a retirada dos Anais da Casa, mas apenas deixo o contraponto de que na verdade não são os ilustres Secretários improbos. A matéria será devidamente apreciada pelo Poder Judiciário, como preliminarmente num juízo que fez esta Casa, pela maioria dos seus membros, entendeu-se que não havia motivos fundantes a amparar a acariação e menos ainda a instalação de uma comissão especial, já que a principal acusação contida contra o Secretário de Política Habitacional, restou desfeita, já que a Casa onde reside o atual Secretário de política habitacional foi adquirida anteriormente à sua gestão como Secretário de Estado de Política Habitacional.

Este é o esclarecimento.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Eu fui citado pelo nobre...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa informa a este Plenário e respondendo a questão de ordem do Deputado Valdir Rossoni, que a questão de ordem de Vossa Excelência não procede.

O SR. VALDIR ROSSONI - Fui citado pelo nobre Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - V. Exa. falou e fiquei quieto, por favor agora.

V. Exa. fez considerações a respeito da reportagem da Rede Globo, no Fantástico, no domingo, falou no seu discurso no dia de ontem, e querendo trazer considerações para a Sessão de hoje.

O que questionou a Rede Globo no seu programa de televisão é quanto à ausência de Deputados em Plenário, contra a não votação de matérias, contra a falta de quórum para deliberação. O que não acontece na Sessão de hoje, Deputado. A Sessão de hoje tem quórum suficiente, estamos praticamente com todos os Deputados presentes à Sessão Plenária e estamos decidindo, estamos votando e V. Exa. tem que respeitar a vontade da maioria, embora, não querendo, mas esta é a razão maior da democracia Deputado.

O SR. VALDIR ROSSONI - Respeito a maioria, mas só coloquei, Sr. Presidente, de que teríamos uma grande oportunidade de trabalhar mais nesta Casa. Não estou citando os Deputados que estão presentes...

(Discussão paralela).

Infelizmente o Sr. não quer que se apure a corrupção que está aí denunciada pelos próprios membros do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Requerimento nº 513, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 514 a 520 e 528, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 519, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. OSWALDO TREVISAN (Para Discutir)

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se na forma regimental.

O SR. VALDERI VILELA (Pela Ordem) - Queria lembrar ao Deputado Oswaldo Trevisan,

ele está deveras preocupado que o requerimento possa ofender um Prefeito do Partido dele na Cidade de Bandeirantes. Mas não acontece isso.

Só para esclarecimento...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - V. Exa. poderá fazer o encaminhamento e a discussão do requerimento amanhã, Sr. Deputado.

O SR. VALDERI VILELA - Sr. Presidente, é uma questão de informação...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Isso pode ser feito amanhã. O requerimento não está mais em discussão no dia de hoje, Deputado!

O SR. VALDERI VILELA - Sr. Presidente, lamentando a forma como V. Exa. vem conduzindo os trabalhos nesta Casa na Sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O lamentamento também é um direito que V. Exa. tem.

Requerimentos n°s 521 a 526, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 527, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. OSWALDO TREVISAN (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimentos n°s 529 a 531, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constantes do expediente. **Em Discussão.**

O SR. OSWALDO TREVISAN (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

A Mesa registra a presença de Zair José, vice-Prefeito de Almirante Tamandaré, bem como dos Vereadores: Roberto Garcia, Vila Real, José Narciso de Mello, do Município de Ivaiporã e do Diretor do Jornal Paraná Centro de Ivaiporã, Miguel Amaral.

Requerimento n° 442, de autoria do Sr. Deputado Dr. Rosinha, constante do expediente de Sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, a razão

deste requerimento é que a nossa Constituição não vem sendo cumprida. Diz o Artigo 234 da Constituição Estadual que o Estado publicará anualmente, no mês de março, a relação completa dos servidores lotados por órgãos, entidades da Administração Pública Direta, Indireta e Fundacional em cada um dos seus Poderes, indicando cargo, função e local do seu exercício, para fim de recenseamento e controle. Já perguntamos ao Sr. Presidente em que dia será publicada a lista dos funcionários da Assembléia Legislativa, cumprindo o disposto no Artigo 234. Gostaríamos até que essa questão de ordem fosse respondida pelo Presidente da Assembléia Legislativa. Em razão que os demais órgãos ou entidades da Administração Direta ou Indireta, não têm cumprido com esse artigo, achamos por bem apresentar um requerimento nesta Assembléia, pedindo para que o Tribunal de Contas assim o fizesse, sem esquecer o nome de ninguém, porque algumas listas têm saído e têm esquecido um ou outro funcionário. A gente poderia até pedir, apagando o devido salário, remeter a listagem da Folha de Pagamento. Seria mais interessante, talvez e mais real do que a simples publicação.

Então é nesse sentido que pedimos a aprovação desse requerimento, em cumprimento ao artigo 234 da Constituição do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação o requerimento de pedido de informações ao Tribunal de Contas.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Os contrários que se levantem.

Está rejeitado.

O SR. DR. ROSINHA - Peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Verificação de votação: os Srs. Deputados favoráveis, queiram levantar-se.

Quinze aprovam.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Dezenove Srs. Deputados rejeitam.

Está rejeitado.

Requerimento n° 445, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - A Lei n° 8.689 de 27 de julho de 1.993 dispõe sobre a extinção do Instituto Nacional de Assistência Médica e a Previdência Social - INAMPS e dá outras providências. No seu Artigo 12 diz o seguinte: "O gestor do sistema único de saúde em cada esfera de Governo apresentará trimestral-

mente ao conselho de saúde correspondente ou audiência pública nas Câmaras de Vereadores e nas Assembléias Legislativas respectivas para análise e ampla divulgação, relatório detalhado contendo, dentre outros dados, sobre o montante e a fonte de recursos aplicados, as auditorias concluídas ou iniciadas no período, bem como sobre a oferta e a produção de serviço da rede assistencial própria contratada ou conveniada, ou seja, quase seis meses ou sete que a lei foi aprovada e até hoje o Secretário desrespeitando a Lei não compareceu, não se ofereceu para comparecer nenhum dia nesta Casa para dar as explicações colocadas no Artigo 12. É obrigatório a presença, como provavelmente o Sr. Secretário tem se negado até agora, é que fomos obrigados a colocar esse requerimento. E o Sr. Secretário como militante da área de saúde não pode alegar desconhecimento desta Lei, inclusive ele participou das discussões sobre a extinção ou não do INAMPS. Independente da posição dele, deveria ele estar se oferecendo para vir até aqui, mas não é a vontade desse Secretário comparecer aqui, por isso, apresentamos esse requerimento. Mas, tivemos uma conversa com o Deputado Renato Adur que ele garante que retirando esse requerimento na próxima semana o Secretário estará aqui dando as explicações.

Se mantida essa posição do Deputado Renato Adur, considero o requerimento retirado.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Realmente tivemos essa conversa com o Deputado Rosinha. Mas, a nossa Bancada decidiu concordar com o Deputado Rosinha e vamos aprovar o requerimento na Sessão de hoje. Não precisa fazer a retirada do Requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o Requerimento. **Aprovado.**

Esta Presidência comunica ainda, esse Plenário, que no dia de amanhã, logo após a Sessão Plenária teremos uma Sessão Especial para discutirmos assuntos relativos a construção da Usina de Salto Caxias, cuja presença dos Srs. Deputados é da maior importância.

Requerimento nº 460, de autoria do Sr. Deputado Luiz Henrique Bona Turra, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 491, de autoria do Sr. Deputado Mário Bezerra, constante do expediente de Sessão anterior. **Rejeitado.**

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Mário Bezerra.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Sr. Presidente, já

fizemos, praticamente, o encaminhamento. Este nosso requerimento vem de encontro às denúncias formuladas pelo Sr. Scarpelini, que é homem de contato direto, de confiança do Sr. Governador. Ele, além de ter denunciado nos jornais corrupção na Pasta de Habitação, tem dito em todos os cantos por onde passa que vai desmascarar o corrupto Romanelli.

Como somos Deputados e temos a função primordial constitucional de fiscalizar os atos do Governo, vemos a necessidade de formalizarmos, através da Assembléia uma Comissão Especial. E, em buscando provas de que realmente existe envolvimento criminoso do Sr. Romanelli, com certeza iremos solicitar uma CPI para abrir o inquérito.

É necessário que, pelo menos, uma vez, a Assembléia aprove uma Comissão Especial para que busquemos as responsabilidades.

Então, conto com a compreensão e com a colaboração dos Srs. Deputados na sua unanimidade, para que possamos, então, incriminar o Romanelli ou incriminar o Scarpelini. O Romanelli se for culpado que busquemos a sua responsabilidade junto à justiça e se o Scarpelini está mentindo que apoiemos, então, depois de investigado, uma ação e o processe por injúria e difamação. A Assembléia tem essa função de buscar a verdade.

Portanto, peço aos Srs. Parlamentares que aprovem o nosso pedido da formação de uma Comissão Especial.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o requerimento do Sr. Deputado Mário Bezerra propondo a criação de uma comissão especial com cinco membros e cento e vinte dias para apurar irregularidades.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu gostaria que V.Exa. me esclarecesse qual será o critério de votação e qual o número de votos necessários para que esta comissão seja aprovada, uma vez que se trata de uma comissão contra o Secretário do Estado e invoco o Artigo 97 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado, o requerimento do Deputado Mário Bezerra propõe a criação de uma comissão especial para denúncias de irregularidades na Secretaria de Habitação do Paraná. Ele não está propondo formação de CPI e o entendimento desta presidência é que este requerimento será aprovado pela maioria dos presentes, evidentemente havendo quórum para tal deliberação.

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Para Encaminhar)

- Sr. Presidente, o Deputado Mário Bezerra em hipótese alguma ataca qualquer secretário de Estado, ele simplesmente pede esclarecimentos, que se monte esta comissão especial para que as denúncias de secretário para secretário sejam levadas a público e que a verdade seja reestabelecida no Estado do Paraná.

Eu entendo o porquê dessa preocupação do Líder do Governo do número de votantes do requerimento do Deputado Mário Bezerra, porque, em momento algum, no requerimento do Deputado Mário Bezerra acusa um ou outro secretário de corrupção.

O que o Deputado Mário Bezerra deseja é o que a população do Paraná deseja: que fique claro que realmente existe ou não corrupção no Governo do Estado do Paraná.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Sr. Presidente, o que nós gostaríamos que fosse esclarecido é que no Artigo 97, § 1º do Regimento Interno diz que a convocação de Secretário de Estado será resolvida pela Assembléia ou comissão por deliberação da maioria da respectiva composição plenária a requerimento de qualquer Deputado.

Nós entendemos que a formação deva se constituir, uma vez que tenha a aprovação de vinte e oito Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - É um pedido de uma comissão especial e o Regimento estabelece que as comissões especiais a votação é pela maioria dos presentes havendo quórum.

Está em votação o requerimento. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão; os contrários que se levantem. Esta REJEITADO o requerimento.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa defere e fará a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam queiram se levantar. 18 (dezoito) aprovam.

Os Srs. Deputados que rejeitam queiram levantar-se. 19 (dezenove) rejeitam.

Está REJEITADO.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, recontagem desta votação. É necessário.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Anibal Khury, que nos informa os números.

Requerimento nº 535, de autoria do Sr. Deputado Dr. Rosinha, constante do expediente. - Não recebido pela Mesa.

A Mesa comunica o seguinte:

No que diz respeito a esta CPI, houve dois relatórios, um do Deputado Oswaldo Trevisan e um do Deputado Luiz Henrique Bona Turra, ambos foram encaminhados à Presidência da Assembléia, que por sua vez encaminhou os dois relatórios em 08.06.93 para a CCJ.

O Deputado Erondy Silvério encaminhou os dois relatórios ao Deputado Colombino Grassano para que o mesmo emitisse parecer sobre qual dos dois deveria prevalecer.

O Deputado Colombino Grassano restituiu o processo, dizendo que nada tinha a deliberar à Comissão. O Deputado Erondy Silvério encaminhou por final esse processo à Procuradoria Geral da Assembléia e aguarda dela um parecer de como deverá esse assunto ser encaminhado.

Tão logo tenhamos a manifestação da CCJ a este respeito, nós colocaremos em plenário para apreciação o relatório ou os relatórios da CPI sobre Irregularidades da Polícia Militar.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Requeiro que coloque este requerimento em votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado, nós poderemos colocar o requerimento, só que não temos ainda uma definição do que fazer com os dois relatórios.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, quero lembrar a V.Exa. que outros Projetos de Lei ou Resolução, mesmo sem pareceres das Comissões foram aprovados em regime de urgência, imediatamente as Comissões se reuniram e deram os pareceres.

Então nesse sentido que eu requeiro que seja votado como os demais e assim nós possamos tramitá-lo também em regime de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Florisvaldo Fier, V.Exa. que conhece bem o regimento interno da Casa sabe que para ser incluído um relatório à apreciação do plenário, o mesmo tem que ser transformado em Projeto de Resolução pela CCJ, o que não aconteceu até o presente momento.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, não aconteceu por duas razões, primeiro pela má vontade do Deputado Oswaldo Trevisan, que fez questão de não fazer relatório nenhum e depois apresentou outro como adendo a V.Exa..

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Isso será decidido pela CCJ.

Se a Comissão decidir que o relatório

que tem que vir a plenário é o do Deputado Bona Turra, ele virá Deputado, não compete à Presidência decidir sobre essa questão.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, não compete também à Presidência não colocar sob votação requerimento apresentado à Mesa, tem que ser colocado em votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Mas Deputado, com os esclarecimentos que a Presidência lhe prestou, V.Exa. há de convir que não tem o que se colocar em votação, porque nós não temos um projeto de resolução e não temos um relatório devidamente analisado e aprovado pela CCJ.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, dá a impressão que V.Exa. quer acobertar o Coronel Capriotti, eu já usei da tribuna

hoje para dizer as irregularidades que lá ocorrem.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Essas considerações V.Exa. tem que fazer ao Presidente e aos membros da Comissão de Constituição e Justiça, onde o Deputado Ernani Pudell de sua bancada tem assento, para que tomem as providências a nível daquela comissão, para onde os relatórios foram mandados em 08.06.93. A Presidência recebeu e na mesma semana encaminhou.

A CCJ e os membros da CCJ é que devem dar resposta a essa acusação que V.Exa. faz.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.